



MINISTÈRE
DE L'EUROPE
ET DES AFFAIRES
ÉTRANGÈRES

Liberté
Égalité
Fraternité

DIRECTION DES RESSOURCES HUMAINES

SOUS-DIRECTION DE L'ATTRACTIVITÉ ET DES
RECRUTEMENTS

Bureau des concours et examens professionnels

**Concours externe, interne et troisième concours pour l'accès à l'emploi de
secrétaire des affaires étrangères (cadre général)
au titre de l'année 2026**

Épreuve écrite d'admissibilité n°4

Mercredi 26 novembre 2025

Portugais

Épreuve de langue obligatoire

Durée totale de l'épreuve : 3 heures - Coefficient : 3
Toute note globale inférieure à 10 sur 20 est éliminatoire

Aucun dictionnaire n'est autorisé.

Réponses courtes, rédigées dans la langue choisie lors de l'inscription, à des questions libellées dans cette même langue, à partir d'un dossier composé dans cette même langue permettant d'apprécier les connaissances linguistiques et l'aptitude à formuler des réponses complexes sur les sujets d'actualité.

Document nº1 :

Site da Presidência da República do Brasil

10/06/2025

<https://www.gov.br/planaltoexperiencias/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/em-nice-lula-apresenta-compromissos-do-brasil-com-a-protectao-oceanica>

Document nº2 :

Site do governo da República portuguesa

09/06/2025

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/comunicacao/noticia?i=portugal-reafirma-compromisso-na-protectao-do-oceano>

Document nº3 :

Entenda o que é o tratado para a proteção do alto-mar

19/09/2025

<https://www.correobraziliense.com.br/mundo/2025/09/7252623-entenda-o-que-e-o-tratado-para-a-protectao-do-alto-mar.html>

Document nº4 :

Portugal e UE querem cortes de emissões no estrangeiro a contar para as suas metas climáticas.

"Isto mina a credibilidade das políticas europeias"

Joana Azevedo Viana

10/06/2025

<https://cnnportugal.iol.pt/ue/metas-climaticas/portugal-e-ue-querem-cortes-de-emissoes-no-estrangeiro-a-contar-para-as-suas-metas-climaticas-isto-mina-a-credibilidade-das-politicas-europeias/20250610/683ec655d34ef72ee446bfa7>

Document nº5 :

Guterres alerta que o fundo do mar não se pode transformar num "Velho Oeste"

09/06/2025

Agência Lusa , AM

<https://cnnportugal.iol.pt/guterres/oceanos/guterres-alerta-que-o-fundo-do-mar-nao-se-pode-transformar-num-velho-oeste/20250609/6846a5ecd34e3f0bae9f2a27>

Document nº6 :

UE adia mais uma vez meta climática de 2035 e aposta em 'carta de intenção'; entenda como atraso pressiona a COP30

21/09/2025

Roberto Peixoto

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/09/21/ue-adia-mais-uma-vez-meta-climatica-de-2035-e-aposta-em-carta-de-intencao-entenda-como-atraso-pressiona-a-cop30.ghtml>

Perguntas:

- 1. Como se traduzem os compromissos de Estados como o Brasil e o Portugal em relação à proteção dos oceanos? (5 pontos)**

- 2. Como se avalia as dificuldades de estabelecimento pela UE da sua meta climática de 2035? (6 pontos)**

- 3. Quais são as próximas etapas do multilateralismo ambiental? (9 pontos)**

Document nº1 :

Site da Presidência da República do Brasil

10/06/2025

<https://www.gov.br/planaltoexperiencias/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/em-nice-lula-apresenta-compromissos-do-brasil-com-a-protecao-oceanica>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva posicionou o Brasil como um dos países protagonistas na discussão sobre defesa dos oceanos e da biodiversidade marítima. Ele apresentou nesta segunda-feira, 9 de junho, em Nice, na França, sete compromissos voluntários do país relativos à proteção de áreas marinhas. Em discurso na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos (UNOC3), Lula defendeu que proteger os oceanos é fundamental no processo de combate aos efeitos da mudança do clima.

"Apresentamos sete compromissos voluntários, relacionados à proteção de áreas marinhas, ao planejamento espacial marítimo, à pesca sustentável, à ciência e à educação. Além de zerar o desmatamento até 2030, vamos ampliar de 26% para 30% a cobertura de nossas áreas marinhas protegidas, cumprindo a meta do Marco Global para a Biodiversidade", disse Lula, diante de autoridades como o secretário-geral da ONU, António Guterres, e os presidentes da França, Emmanuel Macron, e da Costa Rica, Rodrigo Chaves Robles, que ocupam a co-presidência do evento.

O presidente lembrou que o país é banhado por cerca de oito mil quilômetros de litoral e que abriga grande parte do curso do Amazonas, maior rio do mundo em extensão e volume. Ressaltou que o país detém 12% da água doce do planeta e que sediará, em novembro, a COP30, em Belém (PA), palco em que o tema dos oceanos também será debatido, para discussões estratégicas em torno da necessidade de financiamento para evitar que o aquecimento global supere o limite de 1,5º Celsius.

"Também implementaremos programas dedicados à preservação dos manguezais e dos recifes de corais e estamos formulando uma estratégia nacional contra a poluição por plásticos no oceano. Nossa esforço inédito de planejamento espacial marinho vai permitir o aproveitamento equilibrado do oceano, levando em conta os impactos ambientais e os serviços ecossistêmicos prestados", disse Lula, que convidou os centenas de participantes da conferência a comparecer ao Brasil no fim do ano.

"Quem defende tanto a Amazônia precisa ir à Amazônia para ver a nossa COP30. Para saberem que embaixo de cada copa de árvore que a gente quer preservar tem uma criança, um indígena, um pescador, um seringueiro, um extrativista, um ser humano. E, por isso, os países ricos precisam pagar a sua dívida com o contencioso de emissão de gases de efeito estufa".

TRÊS BILHÕES DE PESSOAS – O presidente alertou que sem proteção aos oceanos não há desenvolvimento sustentável, e que sem protegê-lo não há como combater a mudança do clima. "Três bilhões de pessoas dependem diretamente de recursos marinhos para a sobrevivência. O oceano é o maior regulador climático do planeta, em função de toda a cadeia de vida que abriga. As florestas tropicais estão sendo empurradas para seu ponto de não retorno. O oceano está febril", frisou.

TEMPERATURA E POLUIÇÃO – Lula também alertou para o aumento da temperatura dos oceanos e os impactos da crescente poluição marinha, especialmente a relativa aos perigos impostos pelos plásticos. "Em um ano, a temperatura média do mar elevou-se quase o mesmo que nas quatro décadas anteriores. Nos últimos dez anos, o mundo produziu mais plásticos do que no século anterior. Seus resíduos representam 80% de toda a poluição marinha. Salvar esse bioma requer empenho renovado", disse Lula.

GEOPOLÍTICA – Outro ponto alertado pelo Brasil se refere a desafios sobre os oceanos no plano geopolítico. "Canais, golfos e estreitos devem nos aproximar e não ser motivo de discórdia. Paire sobre o oceano a ameaça do unilateralismo. Não podemos permitir que ocorra com o mar o que aconteceu no comércio internacional, cujas regras foram erodidas a ponto de deixar a OMC inoperante. Evitar que os oceanos se tornem palco de disputas geopolíticas é tarefa urgente para a construção da paz", defendeu Lula.

TRATADO DO ALTO MAR – O presidente adiantou o compromisso nacional com a ratificação do Tratado do Alto Mar, acordo que visa proteger a biodiversidade marinha em águas internacionais. "O Brasil está comprometido a ratificar o Tratado do Alto Mar ainda este ano, para assegurar a gestão transparente e compartilhada da biodiversidade além das fronteiras nacionais".

NAS ESCOLAS – O presidente também lembrou o apoio do Brasil à pesca sustentável e ressaltou que o país foi o primeiro a incluir a cultura oceânica nos programas escolares e que continuará qualificando professores para o ensino do Currículo Azul. "Vamos fortalecer a coleta de dados científicos por um Sistema Integrado de Monitoramento e seguir investindo em pesquisa por meio da Estação Comandante Ferraz na Antártida. Em 2025, teremos o maior número de Escolas Azuis no mundo, reunindo 515 estabelecimentos de ensino, 160 mil estudantes e 2.600 professores".

FINANÇAS AZUIS – A 3ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos é o segundo compromisso de Lula voltado à proteção marinha. No domingo (8/6), ele participou, em Mônaco, do encerramento do Fórum de Economia e Finanças Azuis. Na ocasião, defendeu que é preciso mais vontade política para financiar a defesa dos oceanos. "Em 2024, países ricos reduziram em 7% a assistência oficial ao desenvolvimento. Suas despesas militares, em contrapartida, aumentaram 9,4%. Isso mostra que não falta dinheiro. O que falta é vontade política", destacou.

Document nº2 :**Site do governo da República portuguesa****09/06/2025**

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc25/comunicacao/noticia?i=portugal-reafirma-compromisso-na-protecao-do-oceano>

Portugal "reafirma claramente o seu compromisso com o Oceano", tendo já ratificado o Tratado do Alto Mar e criado a maior rede de áreas marinhas protegidas do Atlântico Norte, disse o Primeiro-Ministro Luís Montenegro na sessão plenária da terceira Conferência do Oceano das Nações Unidas, em Nice, França.

Luis Montenegro afirmou que Portugal desenvolveu campanhas oceanográficas nas novas zonas de conservação e mecanismos de compensação financeira para pescadores afetados pela proibição da atividade piscatória nas zonas protegidas, para contribuir para se atingir 30% de proteção do oceano até 2030.

O Primeiro-Ministro lembrou ainda a aprovação de uma moratória à mineração em mar profundo até 2050, uma das principais questões em discussão nesta conferência pelos impactos que a atividade extractiva pode ter para o oceano.

"Com mais de 97% do seu território constituído por mar, é com responsabilidade acrescida que promovemos uma relação sustentável com o oceano", que é um elemento central da História e da geografia de Portugal.

A segunda Conferência do Oceano, em 2022, organizada por Portugal e pelo Quénia, foi "um momento de impulso político para a conclusão de compromissos internacionais relevantes, como o acordo BBNJ [tratado do alto mar] ou a meta de proteger 30% do oceano até 2030".

Tratado do Alto Mar

Portugal já ratificou o Tratado do Alto Mar, um dos principais assuntos em discussão na presente conferência. Designado de Acordo sobre Proteção da Biodiversidade Marinha em Áreas para além da Jurisdição Nacional (BBNJ, na sigla inglesa), o tratado resultou de quase 20 anos de discussões e pretende a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha.

O tratado será juridicamente vinculativo de proteção das águas internacionais, que estão fora da área de jurisdição nacional, cerca de 70% da superfície da Terra, após a 60.^a ratificação, tendo sido ratificado já por 50 países.

Luís Montenegro afirmou acreditar que, nesta conferência será "dada continuidade à dinâmica" criada na conferência de Lisboa, há três anos, que, além da proteção de 30% dos oceanos e da entrada em vigor do Tratado do Alto Mar, inclui a conclusão do tratado contra a poluição por plástico.

"Estas são medidas fundamentais para a saúde do oceano e para travar a tripla crise planetária – alterações climáticas, poluição e perda de biodiversidade", sublinhou.

O Primeiro-Ministro disse ainda que Portugal reconhece "o nexo oceano-clima-biodiversidade" e defende o seu reforço no âmbito da Convenção-Quadro da ONU sobre Alterações Climáticas, processo no qual a COP30, em Belém, no Brasil, será uma etapa importante e aludiu à criação da Zona de Controlo de Emissões no Atlântico Nordeste, importante para a descarbonização do transporte marítimo.

"Consciente da importância central do mar para o nosso futuro comum, Portugal aposta na ciência como alicerce das decisões políticas", afirmou, exemplificando que foi pioneiro na criação de uma Conta Satélite para o Mar, integrando as dimensões ecológica e social da economia azul, investiu na observação oceânica com tecnologias avançadas e integra como membro fundador, a organização intergovernamental Mercator Ocean International.

Document nº3 :

Entenda o que é o tratado para a proteção do alto-mar

19/09/2025

<https://www.correobraziliense.com.br/mundo/2025/09/7252623-entenda-o-que-e-o-tratado-para-a-protecao-do-alto-mar.html>

O objetivo é a conservação "imediata e a longo prazo" e a exploração sustentável da biodiversidade marinha nas áreas situadas fora das jurisdições nacionais.

O tratado de proteção da alta-mar da ONU, que entrará em vigor em janeiro de 2026 após alcançar nesta sexta-feira (19) o limite necessário de ratificações, fornecerá um marco legal para a conservação e a gestão sustentável da biodiversidade marinha nas vastas zonas oceânicas que não pertencem a nenhum país.

O tratado foi adotado pelos Estados-membros da ONU em junho de 2023. O texto foi aprovado por 143 países, 60 dos quais já o ratificaram, assim como pela União Europeia, segundo o Serviço de Tratados da ONU. Isso permitirá sua entrada em vigor em 120 dias.

Alto-mar e fundos marinhos

O objetivo principal é a conservação "imediata e a longo prazo" e a exploração sustentável da biodiversidade marinha nas áreas situadas fora das jurisdições nacionais: quase metade do planeta.

As normas do texto serão aplicadas nas águas internacionais, ou seja, na parte dos oceanos situada além das zonas econômicas exclusivas (ZEE) dos países, que se estendem no máximo a 200 milhas náuticas (370 km) da costa.

Também serão aplicadas aos fundos marinhos e ao subsolo das águas internacionais, o que é conhecido como a "Área".

Oceano dividido

A futura Conferência das Partes (COP, órgão decisório) precisará tratar com outras organizações mundiais e regionais que atualmente têm autoridade sobre partes do oceano para fazer cumprir suas decisões.

Em particular, as organizações pesqueiras regionais e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (AIFM), que atualmente emite contratos de mineração e está negociando um "código mineiro".

A questão da competência da futura COP sobre os fundos marinhos se complica ainda mais com a recente decisão unilateral de Donald Trump de acelerar a concessão de permissões de exploração submarina de minério em águas internacionais. Os Estados Unidos não são membros da IAMF.

Áreas marinhas protegidas

A ferramenta símbolo do futuro tratado serão as zonas marinhas protegidas, que atualmente existem em águas territoriais.

Com base na ciência, a COP poderia criar, sob a proposta de um ou vários Estados, santuários como estes em áreas únicas, especialmente frágeis ou importantes para as espécies ameaçadas.

Como em outras COP, particularmente as relativas às mudanças climáticas, as decisões serão tomadas geralmente por consenso. No entanto, em caso de bloqueio, poderão ser aprovadas por maioria de três quartos.

O tratado não detalha como garantir a aplicação prática das medidas de proteção nestas extensões vastas e remotas do oceano, uma tarefa que caberá à COP.

De qualquer forma, cada Estado é responsável pelas atividades sobre as quais tem jurisdição inclusive no alto-mar, por exemplo, as de uma embarcação que navegue com bandeira de seu país.

Recursos genéticos marinhos

Cada Estado, marítimo ou não, e qualquer entidade sob sua jurisdição, poderá coletar plantas, animais ou micróbios em alto-mar, cujo material genético poderá ser usado, inclusive comercialmente, por exemplo pelas empresas farmacêuticas que esperam descobrir moléculas milagrosas.

Para garantir que os países em desenvolvimento não sejam privados de sua parte de um bolo que não pertence a ninguém, o tratado estabelece o princípio de "distribuição justa e equitativa dos benefícios" associados aos recursos genéticos marinhos.

O texto prevê a distribuição dos recursos científicos (amostras, dados genéticos em uma "plataforma de acesso aberto", transferências de tecnologia, etc.), assim como de eventuais receitas.

Estudos de impacto

Antes de autorizar uma atividade em águas internacionais, realizada sob o controle de um determinado país, este terá que estudar suas possíveis consequências para o meio marinho caso o impacto previsto seja "mais que menor e transitório", e publicar em seguida uma avaliação de impacto periódica.

Caberá ao Estado interessado decidir se autoriza uma atividade para pesar das ONGs, que esperavam que a COP tivesse controle sobre esta decisão.

Além de excluir atividades militares, o tratado não enumera as atividades afetadas, que poderiam incluir a pesca, o transporte, a mineração submarina ou inclusive as técnicas de geoengenharia marinha para mitigar o aquecimento global.

Document nº4 :

Portugal e UE querem cortes de emissões no estrangeiro a contar para as suas metas climáticas. "Isto mina a credibilidade das políticas europeias"

Joana Azevedo Viana

10/06/2025

<https://cnnportugal.iol.pt/ue/metas-climaticas/portugal-e-ue-querem-cortes-de-emissoes-no-estrangeiro-a-contar-para-as-suas-metas-climaticas-isto-mina-a-credibilidade-das-politicas-europeias/20250610/683ec655d34ef72ee446bfa7>

A Comissão Europeia quer reduzir para 90% as metas climáticas até 2040 sob o argumento de que são necessárias "flexibilidades" para tornar os objetivos mais palatáveis – e anúncio formal pode chegar no início de julho. Contudo, segundo o conselho europeu científico para as alterações climáticas, "apenas 16% dos créditos emitidos ao abrigo de vários programas de crédito de carbono produziram verdadeiras reduções de emissões" até à data. Para além de defender que o corte de emissões nas antigas colónias contem para o seu balanço, Portugal também pede "tratamento especial" com incêndios florestais

(...) numa entrevista, a ministra portuguesa do Ambiente e da Energia adiantou que Lisboa apresentou duas exigências ao executivo comunitário no processo de negociação dessas metas climáticas.

A primeira é que as reduções de emissões poluentes em ex-colónias portuguesas decorrentes de investimentos do Estado português em projetos de energias renováveis sejam contabilizadas na meta de Lisboa e, consequentemente, na da UE – algo que, segundo disse a ministra ao Politico, deve acontecer mesmo que esses projetos não sejam regulados pelo regime global de créditos de carbono previsto no Acordo de Paris.

"É muito importante para nós que os investimentos que fazemos fora da Europa possam ser contabilizados para o objetivo [de 2040]", disse a ministra Maria da Graça Carvalho após ter estado reunida com o comissário europeu da Ação Climática, Wopke Hoekstra, em Bruxelas. "Temos muito boas relações em termos de investimentos em energias renováveis, principalmente com os países de língua portuguesa. Todos os anos estamos a investir entre 12 e 14 milhões de euros em Cabo Verde. Estamos agora a fazer o mesmo com São Tomé e Príncipe, por isso queremos que isto também seja contabilizado no objetivo." (...)

Contactado pela CNN, o Ministério do Ambiente português confirma que "o Governo português tem vindo a defender, junto da Comissão Europeia, que os investimentos verdes realizados por Estados-Membros fora da União Europeia, nomeadamente em países da CPLP, possam ser contabilizados para efeitos do cumprimento das metas climáticas da União Europeia, designadamente no horizonte de 2040".

"Portugal entende que as reduções de emissões geradas por projetos estruturantes nos países parceiros devem ser reconhecidas e valorizadas, numa lógica de solidariedade internacional e de verdadeira ambição global no combate às alterações climáticas", adianta a tutela. (...)

Questionado sobre a carteira de investimentos do Estado português neste setor no estrangeiro, e se se limitam a ex-colónias portuguesas, o Ministério do Ambiente confirma que "este modelo de investimento está, neste momento, focado exclusivamente em países da CPLP, em linha com a estratégia de Portugal de reforçar as parcerias com países de língua portuguesa no contexto da transição energética e climática global".

Na mesma resposta à CNN, a tutela adianta que se trata "de um modelo inovador de conversão de dívida em investimento climático, através da criação de fundos climáticos e ambientais [em que] as empresas portuguesas participam nos concursos públicos promovidos ao abrigo destes fundos, nomeadamente na área da construção, modernização e fornecimento de soluções energéticas".

"Em Cabo Verde, este mecanismo foi lançado com uma dotação inicial de 12 milhões de euros provenientes de dívida convertida, a que se juntaram mais 2 milhões de euros de investimento direto por parte do Estado cabo-verdiano, que já financiam projetos como o repowering da Central Fotovoltaica de Palmarejo, na ilha de Santiago". O fundo, acrescenta o Ministério, "foi posteriormente prorrogado até 2030, com uma dotação total prevista de 42,5 milhões de euros" e, em São Tomé e Príncipe, "o processo encontra-se numa fase avançada de negociação, com vista à replicação do mesmo modelo de cooperação climática e energética".

"Tratamento especial"

Na reunião com o comissário europeu do Clima, a ministra portuguesa também defendeu que Portugal, a par de países como Grécia e Chipre, devem ter "tratamento especial" no que toca às emissões dos incêndios florestais que ocorrem dentro das suas fronteiras, sob o argumento de que os fogos são consequências diretas de um fenómeno global que escapa ao controlo de Lisboa.

"Queremos um tratamento especial para nós e para os países que têm grandes incêndios", afirmou Maria da Graça Carvalho, que antes de ser ministra foi eurodeputada do PPE. "[Os incêndios] são uma consequência das alterações climáticas e nós estamos, de certa forma, a ser penalizados pelas consequências das alterações climáticas. Não se deve atribuir a culpa a países específicos. É uma consequência das alterações climáticas, é como as emissões mundiais, em vez de serem as emissões de Portugal, Chipre ou Grécia." (...)

Flexibilizar sim, externalizar não

Com as negociações das metas climáticas da UE em curso, e cada país apostado em negociar "flexibilidades" que o ajudem a cumprir os objetivos, Teresa Ribera, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pelas questões climáticas e da concorrência, assumiu que Bruxelas está a tentar "manter os 90%" como meta, com a ressalva de que o objetivo para 2040 estará impregnado de "pragmatismo" e dos ajustamentos solicitados pelos 27 governos nacionais, que vão ter um importante Conselho Europeu nos próximos dias 26 e 27 de junho.

(...)

Document nº5 :

Guterres alerta que o fundo do mar não se pode transformar num "Velho Oeste" - 09/06/2025 Agência Lusa , AM

<https://cnnportugal.iol.pt/guterres/oceanos/guterres-alerta-que-o-fundo-do-mar-nao-se-pode-transformar-num-velho-oeste/20250609/6846a5ecd34e3f0bae9f2a27>

O secretário-Geral da ONU, António Guterres, disse esta segunda-feira na abertura da terceira Cimeira dos Oceanos da ONU em Nice, em França, que o fundo do mar não pode tornar-se num "Velho Oeste".

"O fundo do mar não pode tornar-se um Velho Oeste (...). Espero que possamos inverter esta situação. Que possamos substituir a pilhagem pela proteção", alertou na abertura da Cimeira dos Oceanos da ONU em Nice.

António Guterres, apelou também a uma mudança de rumo em relação à biodiversidade marinha, uma vez que "os 'stocks' de peixe estão em colapso".

O secretário-geral da ONU pediu igualmente uma ação global urgente durante a cimeira para salvar os ecossistemas marinhos, pois "sem um oceano saudável, não pode haver um planeta saudável".

Guterres referiu a adoção do Acordo sobre a Diversidade Biológica Marinha em Áreas para Além da Jurisdição Nacional como um avanço histórico, depois de instar todos os países a ratificarem o texto para garantir a sua rápida entrada em vigor.

No discurso de abertura alertou também para a poluição causada pelos plásticos, que "está a sufocar os ecossistemas" e ameaça sobrecarregar os mares com um volume de resíduos que pode eventualmente sobrecarregar as populações de peixes.

Lamentou ainda as emissões de carbono que impulsionam a acidificação e o aquecimento dos oceanos e pediu um compromisso firme com um tratado global e juridicamente vinculativo para conter a poluição por plástico.

"Os pequenos Estados insulares, particularmente vulneráveis às alterações climáticas e à subida do nível do mar, precisam de apoio para reforçar a sua resiliência e garantir o acesso a alimentos sustentáveis: muitos ainda lutam para ter acesso a produtos saudáveis e acessíveis", afirmou.

António Guterres apelou ainda a um acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a pesca sustentável e chamou a atenção para o baixo nível de financiamento para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 14), que considera ser um dos objetivos mais negligenciados.

Para inverter esta situação, Guterres pediu mais fundos públicos, apoios dos bancos de desenvolvimento e novas formas de mobilizar capital privado.

Apesar de tudo, o líder da ONU manifestou confiança em possíveis mudanças e recordou que, quando foi estabelecida uma moratória global sobre a caça comercial de baleias, as populações recuperaram.

A cimeira que arrancou hoje e decorre até 13 de junho e é organizada pela França e pela Costa Rica, procura travar a rápida degradação dos oceanos, essenciais para a produção de oxigénio e para a regulação do clima.

Os chefes de Estado e de Governo vão discutir temas em 10 painéis que vão decorrer durante toda a semana e que abordarão assuntos relacionados com o oceano, desde a poluição por plásticos à conservação e gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros.

A conferência reúne governos, organizações intergovernamentais, instituições financeiras internacionais, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, universidades, a comunidade científica, povos indígenas e comunidades locais.

A presença portuguesa está assegurada pelo primeiro-ministro, a ministra do Ambiente e Energia, o ministro da Agricultura e Mar e o secretário de Estado das Pescas e do Mar, "refletindo o compromisso do Governo com a agenda da conservação marinha e da economia azul sustentável", segundo o gabinete da ministra do Ambiente, Maria da Graça Carvalho.

Durante a conferência é esperada a apresentação do Pacto Europeu para os Oceanos, pela presidente da Comissão Europeia.

Document nº6 :

UE adia mais uma vez meta climática de 2035 e aposta em 'carta de intenção'; entenda como atraso pressiona a COP30

21/09/2025

Roberto Peixoto

<https://g1.globo.com/meio-ambiente/cop-30/noticia/2025/09/21/ue-adia-mais-uma-vez-meta-climatica-de-2035-e-aposta-em-carta-de-intencao-entenda-como-atraso-pressiona-a-cop30.shtml>

Metas são o principal instrumento do Acordo de Paris para enfrentar a crise climática, e a rodada atual - chamada de NDCs 3.0 - pode ser a última chance real de manter vivo o objetivo de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C.

A menos de dois meses da COP30, em Belém, a União Europeia decidiu que, em vez de anunciar já uma meta climática fechada para 2035, vai levar a Nova York, na semana que vem, apenas uma carta de intenção, ou seja, um sinal político do que pretende fazer, que não tem força de compromisso.

O texto foi divulgado nesta semana e fala em reduzir as emissões entre 66,25% e 72,5% até 2035, em comparação aos níveis do bloco em 1990.

Segundo especialistas ouvidos pelo g1, a opção pela "declaração de intenções" foi vista como uma forma de evitar o constrangimento de chegar de mãos vazias ao encontro convocado pelo secretário-geral da ONU na próxima semana justamente para que líderes apresentem suas novas metas climáticas — as chamadas NDCs — antes da conferência de Belém.

Essa espécie de vitrine de Nova York foi planejada para dar visibilidade aos países que estão na dianteira do processo, como uma espécie de prévia da COP30.

A ONU pediu que as metas de 2035 fossem entregues até este mês setembro, de modo que pudessem ser incorporadas ao relatório-síntese que será publicado em outubro, às vésperas da conferência no Pará. Mas, até agora, apenas 34 países dos 195 signatários do Acordo de Paris apresentaram suas novas metas. Os países que ainda não entregaram — entre eles China, Índia, Rússia e aqueles que fazem parte da UE — respondem por mais de 80% das emissões globais.

Assim, o risco, dizem analistas, é que a União Europeia e outros grandes emissores cheguem a Belém sem uma ambição suficiente, e que a COP30 se torne um palco para expor, diante do mundo, a distância entre promessas e a ciência do clima.

(...)

Impasse europeu

Em síntese, o Acordo de Paris estabeleceu que os países que o assinaram devem apresentar suas novas NDCs a cada cinco anos. A primeira rodada foi entregue em 2020, e a segunda deveria ter sido submetida até fevereiro de 2025.

Mas como apenas 13 países cumpriram esse prazo inicial, a ONU estendeu informalmente o cronograma para este mês, de modo que os compromissos possam ser incluídos no relatório-síntese que será publicado antes da COP30.

Dessa forma, para dar visibilidade aos países que estavam na dianteira do processo, o secretário-geral da ONU, António Guterres, convocou uma reunião especial para a próxima semana em Nova York, durante a Assembleia Geral, onde líderes mundiais deveriam apresentar seus novos compromissos climáticos.

Assim, o esperado era que o Conselho de Meio Ambiente da União Europeia, reunido na última quinta-feira (18/09), chegasse a um acordo concreto sobre a nova meta climática de 2035, aprovando a NDC. No entanto, em vez de selar esse compromisso, os 27 ministros ambientais passaram horas em discussões que terminaram com mudanças pontuais no texto da chamada declaração de intenções, sem avançar para a adoção de uma meta definitiva, segundo fontes europeias ouvidas pelo g1.

Ao g1, um funcionário da União Europeia explicou que a maioria dos países do bloco defende uma meta mais ambiciosa: reduzir em 90% as emissões até 2040, por considerar esse patamar compatível com o objetivo central do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5 °C. Segundo ele, essa seria uma

redução compatível com a trajetória recomendada pela ciência e defendida desde o início do semestre pela presidência dinamarquesa, que buscou vincular a meta de 2040 à definição de um objetivo intermediário em 2035.

Apesar disso, o mesmo funcionário reconheceu que ainda há divisões internas que atrapalham as discussões. Parte dos governos, por exemplo, defende salvaguardas para setores mais dependentes de combustíveis fósseis ou para indústrias intensivas em energia, como aço e cimento.

Também geram atrito temas sensíveis: alguns governos querem ter a opção de compensar parte das emissões fora do bloco, outros resistem a regras mais duras para carros e há ainda dúvidas sobre novos mecanismos de cobrança de carbono, tanto para produtos importados quanto para setores como transporte e construção.

De forma geral, a batalha sobre a meta climática de 2035 da UE está ligada ao objetivo climático geral do bloco para 2040, proposto pela Comissão Europeia em julho.

Ainda segundo fontes oficiais da UE ouvidas pelo g1, a discussão sobre essa meta foi suspensa depois que França e Alemanha se juntaram a Polônia, Itália e outros países para formar uma minoria bloqueadora, adiando a discussão até que os líderes nacionais se reúnam no final de outubro.

O adiamento também afetou a aprovação planejada do objetivo de 2035, já que a Comissão e a Dinamarca haviam planejado que a meta da NDC fosse derivada da nova meta de 2040.